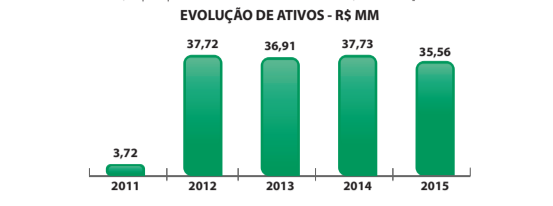
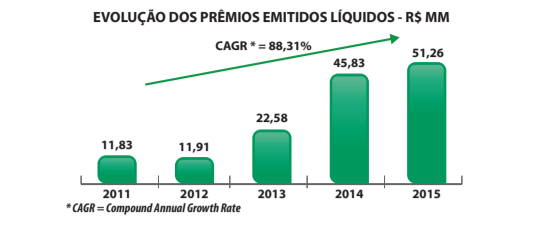
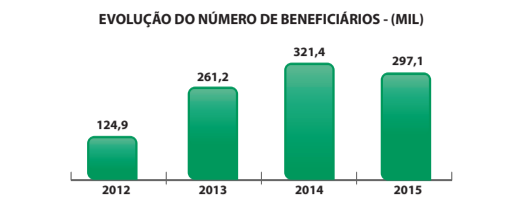


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Unimed Odonto S.A. encerrou o ano de 2015 com R\$51,3 milhões em prêmios emitidos líquidos, apresentando assim um crescimento de 11,9% em relação ao ano anterior.

Os sinistros retidos totalizaram R\$24,8 milhões. A sinistralidade do exercício ficou em 50,7%, acima do índice de 46,3% verificado em 2014. O resultado financeiro alcançou R\$2,4 milhões, contra R\$1,9 milhão de 2014. As despesas administrativas e despesas operacionais totalizaram R\$25,9 milhões, sendo que R\$5,2 milhões, referem-se à amortização dos custos de aquisição das cartelas. A alta sinistralidade e o valor elevado de despesas administrativas influenciaram sensivelmente o resultado do exercício, que foi negativo em R\$3,4 milhões. Os ativos totalizaram R\$35,6 milhões ao final de 2015, o que representou um decréscimo de cerca de 5,7% em relação ao exercício anterior.

Prézos Acionistas, É com satisfação que apresentamos as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 2014 da Unimed Odonto S.A. ("Operadora") e o parecer dos auditores independentes. **Desempenho Econômico-Financeiro:** O cenário econômico de 2015, com PIB negativo, crescimento na taxa de desemprego e consumo baixo fizeram com que a Operadora tivesse uma queda no número de beneficiários.



BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Ativo		
Ativo circulante	11.020	13.420
Disponível	304	199
Realizável	10.716	13.221
Aplicações financeiras	5	5.977
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	-	1.715
Aplicações não vinculadas	5.977	7.118
Crédito de operações com planos de assistência odontológica	6	1.469
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber	1.464	2.422
Outros créditos de operações com planos de assistência odontológica	-	137
Despesas diferidas	7	484
Créditos tributários e previdenciários	8	1.859
Bens e títulos a receber	9	927
Despesas antecipadas	-	3
Ativo não circulante	24.543	24.311
Realizável a longo prazo	10.001	6.663
Aplicações financeiras	5	9.583
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	-	9.170
Aplicações não vinculadas	413	-
Créditos tributários e previdenciários	8	408
Depósitos judiciais e fiscais	10	12
Imobilizado	10	138
Imobilizado de uso próprio	-	138
Não hospitais/odontológicos	-	138
Intangível	10	14.004
Total do ativo	35.563	37.731

	2015	2014
Passivo		
Passivo circulante	9.643	8.403
Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	11	6.500
Provisão de prêmio/contraprestação não garantida - PFCMG	-	283
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais e não avisados (PEONa)	1	1.429
Provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONa)	4.789	4.386
Débitos de operações de assistência odontológica	12	505
Receita antecipada de contraprestações	-	43
Comercialização sobre operações	-	192
Tributos e encargos sociais a recolher	13	594
Tributos diversos	14	2.074
Passivo não circulante	15	39
Provisões	-	39
Provisões para ações judiciais	-	39
Tributos e encargos sociais a recolher	13	107
Tributos e encargos sociais a recolher	-	107
Patrimônio líquido	25.774	29.182
Capital social	16	38.134
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(3)
Prejuízos acumulados	(12.357)	(8.953)
Total do passivo	35.563	37.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	2015	2014
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de plano de assistência odontológica	48.890	43.676
Receitas com operações de assistência odontológica	51.257	45.826
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	18a	51.257
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência odontológica da operadora	18b	(2.367)
Eventos indenizáveis/líquidos/sinistros retidos	18c	(24.767)
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(24.364)	(18.081)
Variação da provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados	(403)	(2.133)
Resultado das operações com planos de assistência odontológica	18e	24.123
Outras receitas operacionais de planos de assistência odontológica	18e	-
Receitas de assistência odontológica não relacionadas com planos odontológicos da operadora	18e	-
Outras receitas operacionais	-	845
Outras despesas operacionais com plano de assistência odontológica	18e	(3.337)
Outras despesas de operações de planos de assistência odontológica	(2.081)	(1.742)
Provisão para perdas sobre créditos	(1.256)	(1.236)
Outras despesas operacionais de assistência odontológica não relacionadas com planos odontológicos da operadora	18e	(14)
Resultado bruto	20.772	21.375
Despesas de comercialização	18d	(9.331)
Despesas administrativas	18f	(22.585)
Resultado financeiro líquido	18g	2.246
Receitas financeiras	2.426	1.904
Despesas financeiras	(180)	(12)
Resultado antes dos impostos e participações	(3.498)	(2.280)
Impostos diferidos	122	211
Participações no resultado	(28)	(41)
Resultado líquido	(3.404)	(1.928)
Quantidade de ações	40.000.000	40.000.000
Prejuízo por ação (lote de mil ações)	(0,09)	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Prejuízo líquido do exercício	(3.404)	(1.928)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(4)	(2)
Ganho não realizados com títulos e valores mobiliários	(7)	(3)
Tributos diferidos sobre os ganhos	-	3
Outros ganhos com títulos e valores mobiliários	-	3
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	(3.408)	(1.930)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Atividades operacionais		
Recebimento de planos odontológicos	5.121	43.986
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviço odontológicos	(24.182)	(17.394)
Pagamento de comissões	(4.824)	(3.560)
Pagamento de pessoal	(8.213)	(6.739)
Pagamento de serviços terceiros	(3.083)	(4.893)
Pagamento de tributos	(4.703)	(4.874)
Pagamento de promoção/publicidade	(781)	(322)
Juros de aplicações financeiras	497	288
Resgate de aplicações financeiras	40.191	55.227
Aplicações financeiras	(40.899)	(53.848)
Outros pagamentos operacionais	(2.615)	(5.775)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	2.599	1.486
Atividades de investimento		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros (nota 10)	(1.044)	(491)
Outros pagamentos das atividades de investimento (aquisição de carteiras)	(1.450)	(1.353)
Caixa líquido (consumido) das atividades de investimento	(2.494)	(1.844)
Variação líquida do caixa	105	658
Caixa - no início do exercício	199	557
Caixa - no final do exercício	304	1.999
Ativos livres no final do exercício	7.718	8.862
Ativos livres no início do exercício	6.390	7.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Saldos em 31 de dezembro de 2013		
Capital social	38.134	3
Ajuste avaliação patrimonial	3	(2)
Prejuízo do exercício	-	(1.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	38.134	1
Capital social	-	(4)
Ajuste avaliação patrimonial	-	(3.404)
Prejuízo do exercício	-	(12.357)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	38.134	(3)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Unimed Odonto S.A. (doravante denominada por "Operadora"), é uma operadora de planos odontológicos, que tem como missão tornar acessível à sociedade soluções em saúde bucal, baseada no modelo de atenção integral da saúde, com excelência no atendimento e valorização do profissional, e que faz parte do Sistema Operador Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Operadora atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operações. A Operadora compartilha com sua Controladora direta e indireta, Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Seguros S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Operadora e sua controladora, Unimed Seguros Saúde S.A., são controladas indireta e direta, respectivamente, da Unimed Seguros S.A., cujo controle final pertence à Unimed Participações Ltda. A Operadora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos odontológicos, de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A Operadora possui registro na ANS, sob nº 416801.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretções emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de conta instituído pela Resolução Normativa nº 290 de 27 de fevereiro de 2012 e alterações propostas pelas Resoluções Normativas nº 314 de 28 de novembro de 2012, nº 322 de 28 de março de 2013 e nº 344 de 20 de dezembro de 2013. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas em 24 de fevereiro de 2016, o) Base para preparação: A preparação das demonstrações financeiras presuppõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos ativos financeiros classificados para negociação e disponível para venda, que são mensurados pelo valor justo. As provisões técnicas estão mensuradas de acordo com as determinações da ANS. b) Moeda funcional: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Utilização de estimativas e julgamento: A preparação de demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir desses estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e pressupostos são revistas de uma maneira contínuo. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - ativos financeiros (aplicações); • Nota 6d - movimentação da provisão para riscos creditos; • Nota 11 - movimentação das provisões técnicas; e • Nota 15 - provisões judiciais. d) Normas, alterações e interpretações de normas contábeis que ainda não estão em vigor: Não foram adotadas antecipadamente as Operadoras. e) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, perda por redução do valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 estará em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Operadora, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Operadora. f) IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas: A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade classificar atividades sendo sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nessas saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois a Operadora elabora suas demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS. ii) IFRS 15 - Revenue from contracts with customers: A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. A aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Operadora está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor. iv) Alterações à IFRS 11 - Acordos Conjuntos: Contabilização de Ações Societárias: As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a participação de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitui um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também descrevem como uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remanejada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de controle, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Não se espera que essas alterações tenham impacto sobre a Operadora. v) Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Acetáveis de Depreciação e Amortização: As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez de benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto sobre a Operadora uma vez que a Operadora não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos circulantes.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. a) Disponível: O saldo de caixa e bancos inclui numerário em caixa, saldos em banco conta moeda e valores em trânsito. b) Aplicações Financeiras: Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e estratégia de investimento. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Como esta intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período e de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. iii) Ativos financeiros disponíveis para venda: Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não foram classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução do valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas dentro do patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é reconhecido, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado. iv) Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não devenhavos com pagamentos determinados, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável e compreendem substancialmente "Contraprestação a receber". v) Determinação do valor justo: O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretções emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de conta instituído pela Resolução Normativa nº 290 de 27 de fevereiro de 2012 e alterações propostas pelas Resoluções Normativas nº 314 de 28 de novembro de 2012, nº 322 de 28 de março de 2013 e nº 344 de 20 de dezembro de 2013. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas em 24 de fevereiro de 2016, o) Base para preparação: A preparação das demonstrações financeiras presuppõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos ativos financeiros classificados para negociação e disponível para venda, que são mensurados pelo valor justo. As provisões técnicas estão mensuradas de acordo com as determinações da ANS. b) Moeda funcional: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Utilização de estimativas e julgamento: A preparação de demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir desses estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e pressupostos são revistas de uma maneira contínuo. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - ativos financeiros (aplicações); • Nota 6d - movimentação da provisão para riscos creditos; • Nota 11 - movimentação das provisões técnicas; e • Nota 15 - provisões judiciais. d) Normas, alterações e interpretações de normas contábeis que ainda não estão em vigor: Não foram adotadas antecipadamente as Operadoras. e) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, perda por redução do valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 estará em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Operadora, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Operadora. f) IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas: A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade classificar atividades sendo sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nessas saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois a Operadora elabora suas demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS. ii) IFRS 15 - Revenue from contracts with customers: A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. A aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Operadora está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor. iv) Alterações à IFRS 11 - Acordos Conjuntos: Contabilização de Ações Societárias: As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a participação de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitui um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também descrevem como uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remanejada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de controle, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Não se espera que essas alterações tenham impacto sobre a Operadora. v) Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Acetáveis de Depreciação e Amortização: As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez de benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto sobre a Operadora uma vez que a Operadora não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos circulantes.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. a) Disponível: O saldo de caixa e bancos inclui numerário em caixa, saldos em banco conta moeda e valores em trânsito. b) Aplicações Financeiras: Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e estratégia de investimento. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Como esta intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período e de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. iii) Ativos financeiros disponíveis para venda: Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não foram classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução do valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas dentro do patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é reconhecido, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado. iv) Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não devenhavos com pagamentos determinados, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável e compreendem substancialmente "Contraprestação a receber". v) Determinação do valor justo: O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretções emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de conta instituído pela Resolução Normativa nº 290 de 27 de fevereiro de 2012 e alterações propostas pelas Resoluções Normativas nº 314 de 28 de novembro de 2012, nº 322 de 28 de março de 2013 e nº 344 de 20 de dezembro de 2013. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas em 24 de fevereiro de 2016, o) Base para preparação: A preparação das demonstrações financeiras presuppõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	2015						Taxes anuais de depreciação (%)
	Saldo em 2014	Aqui-sições	Depre-ciação	Saldo em 2015	Custo de aquisição	Depre-ciação acumu-lada	
Hardware	13	-	(5)	8	49	(41)	20%
Móveis, máquinas e utensílios	120	12	(17)	115	170	(55)	10%
Equipamentos	15	4	(4)	15	27	(12)	10%
Total	148	16	(26)	138	246	(108)	138

b) Intangível

	2015						Taxes anuais de amortização (%)
	Saldo em 2014	Aqui-sições	Amorti-zação	Saldo em 2015	Custo de aquisição	Amorti-zação acumu-lada	
Software	1.722	1.028	(347)	2.403	3.271	(868)	20%
Aquisição de carteira (*)	15.778	1.450	(5.227)	12.001	21.919	(9.918)	20
Total	17.500	2.478	(5.574)	14.404	25.190	(10.786)	14.404

(*) Refere-se ao complemento de aquisição da carteira Unimed Vitória em fevereiro de 2015.

11. MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG		Provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		Provisão de eventos/sinistros a liquidar		Total
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	
Saldo no início do exercício	474	4.386	1.092	5.952			
Constituição	3.764	5.276	26.293	30.633			
Reversão	(3.955)	(173)	(1.775)	(5.903)			
Pagamentos	-	-	(24.182)	(24.182)			
Saldo no final do exercício	283	4.789	1.428	6.500			

12. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

São registrados nesta rubrica os valores referentes aos recebimentos antecipados de prêmios com vigência futura e as comissões de vendas por angariação de Planos de Assistência Odontológica a pagar que totalizaram R\$505 no exercício de 2015 (R\$598 em 2014).

13. TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER

	2015	2014
Impostos sobre serviços - ISS	86	91
Contribuições previdenciárias	178	154
Impostos e contribuições retidos na fonte	133	100
Demais tributos e encargos a recolher	167	175
Subtotal	564	520
Imposto de renda	67	67
Contribuição social	40	40
Demais tributos e encargos a recolher	-	5
Subtotal	107	112
Total	671	632

14. DÉBITOS DIVERSOS

	2015	2014
Passivo circulante		
Obrigações com pessoal	639	595
Fornecedores	154	212
Depósitos de terceiros	891	274
Despesas compartilhadas	340	204
Outros	50	48
Total	2.074	1.333

15. PROVISÕES JUDICIAIS

A Operadora responde a processos de natureza cível e de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda é considerada provável. O montante provisionado é de R\$39 em 2015 (R\$34 em 2014).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$38.134 composto por 40.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. b) Resultado do exercício: A Operadora apresentou um prejuízo de R\$3.404 (R\$1.928 em 2014) e não houve destinação de reservas ou dividendos. c) Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência:

	2015	2014
Patrimônio líquido	25.774	29.182
Adições:	22.027	20.577
(+) Obrigações legais (*)	108	112
(+) Gastos com aquisição de carteiras	21.919	20.465
Deduções:	(14.888)	(17.657)
(-) Despesas de comercialização diferida	(484)	(157)
(-) Ativo intangível	(14.404)	(17.500)
Patrimônio mínimo ajustado	32.913	32.102
a) 0,20 média das contraprestações retidas dos últimos 12 meses	10.251	9.165
b) 0,33 média dos eventos/sinistros conhecidos ou avisados dos últimos 36 meses	6.064	4.185
Margem de solvência (maior entre (a) e (b))	10.251	9.165
Suficiência	22.662	22.937
% sobre Patrimônio mínimo ajustado	68,85%	71,45%

(*) Conforme Instrução Normativa ANS nº 50/12, o montante de obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais fiscais e tributárias em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

17. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações com entidades do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed estão detalhadas a seguir: • O plano odontológico dos funcionários da controladora direta Unimed Seguros Saúde S.A. e controladora indireta é contratado com a Unimed Odonto S.A. A Receita de contraprestações no exercício totalizou o valor de R\$112 (R\$86 em 2014). • A Unimed Odonto S.A. paga para a sua controladora direta e indireta (Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Seguradora S.A.) os custos pela utilização de estrutura administrativa compartilhada que em 31 de dezembro de 2015 totalizou o valor de R\$3.313 (R\$2.983 em 2014), registrada na rubrica de "Despesas administrativas" e débitos diversos a pagar de curto prazo. • A Operadora paga para sua controladora prêmios de seguros saúde de seus funcionários no montante de R\$429 (R\$327 em 2014) e para sua controladora indireta (Unimed Seguradora S.A.) prêmios pela contratação de seguro de vida e plano de previdência complementar distribuído aos seus funcionários no montante de R\$70 (R\$72 em 2014).

Saldos de balanço:

	2015	2014
Passivo		
Fornecedores	-	34
Unimed Seguros Saúde S.A.	-	-
Débitos diversos	192	67
Unimed Seguros Saúde S.A.	148	137
Unimed Seguradora S.A.	340	238
Total	340	238
Receitas		
Contraprestações emitidas		
Federação Interestadual do Estado de Minas Gerais	36	43
Unimed Seguros Saúde S.A.	106	86
Unimed Seguradora S.A.	6	83
Total	148	212
Despesas		
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal próprio	429	327
Unimed Seguros Saúde S.A.	70	72
Despesas administrativas compartilhadas		
Unimed Seguros Saúde S.A.	1.720	1.440
Unimed Seguradora S.A.	1.593	1.543
Total	3.812	3.382

18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2015	2014
a) Contraprestações emitidas líquidas		
Contraprestações emitidas	56.939	48.780
Contraprestações canceladas/restituídas	(5.873)	(2.954)
PPNG	191	-
Total	51.257	45.826

b) Tributos diretos de operações com planos de assistência odontológica

	2015	2014
COFINS	(1.099)	(1.019)
PIS	(179)	(169)
ISS	(1.089)	(962)
Total	(2.367)	(2.150)
c) Eventos indenizáveis líquidos		
2015	2014	
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(26.293)	(20.507)
Varição da provisão de eventos ocorridos e não avisados-PEONA	(403)	(2.133)
Subtotal	(26.696)	(22.640)
Glosas	1.775	2.002
Recuperação de eventos/sinistros	154	424
Subtotal	1.929	2.426
Total	(24.767)	(20.214)

i) Abertura dos eventos conhecidos ou avisados (-) recuperações de eventos

	2015	2014
Planos Individuais/Familiares		
Rede contratada	4.347	4.347
Total	4.347	4.347
Planos Coletivos Empresariais		
Rede contratada	20.017	20.017
Total	20.017	20.017
Total de eventos (-) recuperação	24.364	24.364
Planos Individuais/Familiares		
Rede contratada	4.407	4.407
Total	4.407	4.407
Planos Coletivos Empresariais		
Rede contratada	13.674	13.674
Total	13.674	13.674
Total de eventos (-) recuperação	18.081	18.081

d) Despesas de comercialização

	2015	2014
Comissões sobre prêmios emitidos	(3.141)	(3.384)
Despesa com agenciamento	(898)	(28)
Varição das despesas de comercialização diferidas	327	-
Despesas com administração de apólices	(219)	(34)
Total	(3.931)	(3.446)
e) Outras receitas e despesas operacionais		
2015	2014	
Outras receitas operacionais	-	46
Outras receitas operacionais não relacionadas com planos odontológicos	-	845
Despesas com encargos sociais	(559)	(1.246)
Outras despesas operacionais	(1.522)	(496)
Provisão para perdas sobre créditos	(1.256)	(1.236)
Outras despesas operacionais não relacionadas com planos odontológicos	(14)	-
Total	(3.351)	(2.087)

f) Despesas administrativas

	2015	2014
Despesas com pessoal	(9.881)	(8.296)
Serviços de terceiros	(3.474)	(4.185)
Localização e funcionamento	(8.076)	(7.786)
Despesa com publicidade e propaganda	(500)	(1.406)
Outras	(322)	(236)
Subtotal	(22.253)	(21.909)
Despesas com tributos:		
Taxes de saúde suplementar	(235)	(162)
Imposto sobre serviços - ISS	-	(12)
Outros	(97)	(18)
Subtotal	(332)	(192)
Total	(22.585)	(22.101)

g) Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Receitas		
Receitas com títulos privados	1.316	779
Valor justo	465	332
Disponível para venda	851	447
Receitas com títulos públicos	762	943
Disponível para venda	762	943
Receitas com fundos de investimento	21	28
Valor justo	21	28
Receitas financeiras com operações de assistência odontológica	39	64
Receitas financeiras com depósitos judiciais	1	90
Outras receitas financeiras	287	90
Total	2.426	1.904
Despesas		
Despesa com títulos de renda fixa e variável	(55)	-
Valor justo - Despesa título público	(55)	-
Despesa financeira com operações de assistência odontológica	(91)	-
Despesas financeiras com operações de assistência odontológica	(22)	(1)
Encargos sobre provisões para contingências	(10)	(4)
Outras despesas financeiras	(2)	(7)
Total	(180)	(12)
Total	2.246	1.892

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo antes dos impostos sobre o resultado	(3.526)	(2.139)	(3.526)	(2.139)
Adições:				
Provisão para contingências	5	3	5	3
Provisão para risco de créditos	503	875	503	875
Brindes e patrocínio	151	-	151	-
Programa de participação no resultado	28	82	28	82
Outras	1	184	1	184
Base de cálculo:	(2.838)	(995)	(2.838)	(995)
Constituição (reversão) de créditos tributários sobre diferenças temporárias	76	132	46	79
Resultado imposto de renda e contribuição social diferido	76	132	46	79

20. CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(3.404)	(1.928)
Ajustes para:		
Provisão de risco de crédito	1.255	1.236
Depreciação e amortização	5.600	5.355
Outros ajustes	2	23
Aplicações financeiras	(347)	(273)
Crédito de operações com planos de assistência odontológica	(166)	(3.178)
Créditos tributários e previdenciários	(314)	(751)
Bens e títulos a receber	(819)	(1.380)
Ativo diferido	(448)	(370)
Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	548	1.967
Débitos de operações de assistência odontológica	(93)	(7)
Tributos e contribuições a recolher	39	241
Débitos diversos	741	548
Provisões judiciais	5	3
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.599	1.486
Varição fluxo de caixa operacional	2.599	1.486

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Operadora não possui instrumentos financeiros derivativos.

DIRETORIA

Helton Freitas
Diretor-Presidente

Adelson Severino Chagas
Diretor

Alexandre Augusto Ruschi Filho
Diretor

Mauri Aparecido Rapphaelli
Diretor

ATUÁRIA

Lara Cristina da Silva Facchini
Atuária - MIBA - 118

CONTADOR

Vinicius Negri de Oliveira
CRC: 1SP242483/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Unimed Odonto S.A.

São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Odonto S.A. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do

auditor, incluindo